

ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO PICO DO GOIAPABA-AÇU

Etapa 8

Produto 8 – Relatório da Reunião de Divulgação do Plano de Manejo (versão 1)

Belo Horizonte/MG, Fevereiro de 2025.



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Meio Ambiente
e Recursos Hídricos



PLANTUC CONSULTORIA SOCIOAMBIENTAL LTDA

Raoni Araújo Ferreira	Coordenador-Geral
Alessandro de Oliveira Neiva	Coordenador Adjunto
Mariana Fonseca Mauro	Assessora em Sistema de informações Geográficas
Rodrigo Liberal	Assessor em Meio Físico
Marina Carneiro Bernardes Moss	Assessora em Uso Público
Marcos da Costa Martins	Assessor na Área Social
Lucas de Lima Fernandes Padoan	Especialista em Socioeconomia
Leandro Moraes Scoss	Assessor na Área Ambiental
Rogério Dell'Antônio	Assessor em Sistema de Informação Geográfica
Lêda Luz	Especialista em Moderação

INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Equipe Responsável pelo Acompanhamento da Elaboração do Plano de Manejo e Análise dos Produtos

Terence Jorge Caixeta Nascentes Ramos	Agente de Desenvolvimento Ambiental e Recursos Hídricos (ADARH) / Coordenação de Gestão de Unidades de Conservação (CGEUC)
Fabiano Zamprogno Novelli	Gestor da Área de Proteção Ambiental do Pico do Goiapaba-Açu

INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA ITAÚNAS S.A. (ISA/CTEEP)

Equipe da ISA/CTEEP Responsável pela Fiscalização do Contrato

Samara Welter Duarte	Analista de Meio Ambiente
----------------------	---------------------------

Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental do Pico do Goiapaba-Açu (APAGO) elaborado por meio do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) nº 007/2019, entre a Interligação Elétrica Itaúnas S.A. (ISA/CTEEP) e o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA).



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
1. PROCESSO DE ELABORAÇÃO	5
2. PLANO DE MANEJO	5
3. RESULTADOS – DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL.....	6
3.1. Meio Socioeconômico	6
3.2. Uso Público	6
3.3. Meio Biótico.....	6
3.4. Meio Físico	6
4. RESULTADOS – OFICINAS CONSULTIVAS E DE PLANEJAMENTO	7
4.1. Oficina Consultiva	7
4.2. Oficina de Planejamento	7
5. RESULTADOS – FINALIZAÇÃO DA ANÁLISE DO CONTEXTO E ELABORAÇÃO DO MODELO CONCEITUAL	8
5.1. Modelo Conceitual	8
5.1.1. Plano de Restauração Produtiva da Paisagem.....	10
5.1.2. Articulação para Tratamento de Efluentes	11
5.1.3. Síntese das Duas Estratégias Prioritárias.....	12
6. RESULTADOS – ZONEAMENTO	13
6.1. Zoneamento da Área de Proteção Ambiental do Pico do Goiapaba-Açu	14
6.1.1. Zona de Conservação	15
6.1.2. Zona de Uso Moderado.....	16
6.1.3. Zona de Produção.....	17
6.1.4. Zona de Sobreposição Territorial	18
6.1.5. Zona de Diferentes Interesses Públicos.....	19
6.2. Programas de Manejo	19
6.2.1. Programa de Integração com Produtores Rurais.....	19
6.2.2. Programa de Educação Ambiental.....	19
6.2.3. Programa para o Fomento do Turismo de Base Comunitária (Programa de Uso Público) 20	
6.2.4. Programa de Proteção	20
6.2.5. Programa de Comunicação.....	20
6.2.6. Programa de Gestão e Administração	20
6.2.7. Programa de Pesquisa.....	20
7. FOTOS DA PLENÁRIA DURANTE A REUNIÃO DE DIVULGAÇÃO	21
ANEXO	30
Anexo I: Lista de Presença da Reunião de Divulgação do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental do Pico do Goiapaba-Açu.....	31

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Apresentação do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental do Pico do Goiapaba-Açu (APAGO) é uma das etapas finais desse processo de elaboração.

A reunião foi realizada no dia 21 de fevereiro de 2025, no período da tarde, no Celebrare Cerimonial, município de Fundão, Espírito Santo.

Foram convidados os diversos atores locais da região – sociedade civil, instituições públicas e privadas, organizações não governamentais – que totalizaram 22 participantes, conforme lista de presença no Anexo I. Os atores convidados, foram os mesmos que participaram das etapas anteriores da elaboração desse plano de manejo.

A apresentação contou com exposição de slides e informações que contextualizaram o processo de elaboração - as etapas realizadas -, o resultado do diagnóstico socioambiental, do modelo conceitual, planejamento estratégico, do zoneamento e dos programas de manejo. A partir dos itens abaixo, são detalhados esses pontos.

Importante ressaltar que essa reunião de apresentação somente foi realizada após o aceite da equipe técnica do IEMA, para o Volume I – Diagnóstico Socioambiental e Volume II - Planejamento.

A reunião iniciou com a fala de boas-vindas do gestor da APA, Fabiano Novelli, que agradeceu a presença de todos e reforçou o objetivo da reunião. Enfatizou a importância de finalizar esse processo e informou que conta com o apoio no diálogo para a implementação desse instrumento de gestão.

Gustavo Soares, da ISA Energia, também agradeceu a presença de todos e contextualizou brevemente sobre o papel da empresa na região e no processo de elaboração do plano de manejo.

Figura 1: Boas-vindas realizada pelo gestor da unidade de conservação e por representante da empresa responsável pelo recurso da compensação ambiental.



Foto: PLANTUC, 2025.

A partir das duas falas iniciais, Raoni Ferreira, da PLANTUC, iniciou a apresentação do Plano de Manejo da APA do Pico do Goiapaba-Açu. O resultado dessa apresentação está nos próximos tópicos.

1. PROCESSO DE ELABORAÇÃO

O Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) nº 007/2019, entre a Interligação Elétrica Itaúnas S.A. (ISA/CTEEP, atualmente ISA Energia) e o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), deu origem ao processo de elaboração deste plano de manejo, por meio da publicação do Termo de Referência, que norteou a metodologia e as etapas para a elaboração do plano de manejo, conforme demonstrado abaixo:

Assinatura do Contrato		Maior 2022
Etapa 1	Organização do Planejamento	Junho 2022
Etapa 2	Consolidação das Informações Coletadas e Disponíveis	Agosto 2022
Etapa 3	Realização da Oficina Consultiva	Outubro 2022
Etapa 4	Oficinas de Planejamento Participativo	Junho 2023
Etapa 5	Finalização da Análise do Contexto e Elaboração do Modelo Conceitual	Janeiro 2024
Etapa 6	Oficina de Zoneamento Ambiental	Agosto 2024
Etapa 7	Elaboração dos Programas de Manejo	Novembro 2024
Etapa 8	Entrega e Divulgação da Versão Final do Plano de Manejo	Fevereiro 2025

2. PLANO DE MANEJO

O Plano de Manejo é um instrumento de gestão previsto no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei Federal nº 9.985/2000, obrigação também imputada pela Lei Estadual nº 9.462/2010, que criou o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SISEUC).

É um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma UC, se estabelece seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da UC.

3. RESULTADOS – DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL

3.1. Meio Socioeconômico

- Transição Mar-Montanha.
- Eixo de turismo.
- Histórico de Imigração Italiana.
- Territórios tradicionais quilombolas.
- Cafeicultura, Fruticultura, Agricultura Familiar.
- Histórico de reflorestamento.
- Caminhos da Sabedoria.
- Parque Municipal do Pico: potenciais infraestrutura, prática de esportes, pesquisa botânica.
- Proximidade com a REBIO Augusto Ruschi e Santa Tereza (pólo turístico).

Principais Áreas Antropizadas:

- Uso agrícola tradicional autenticado por mais de 150 anos.
- Agricultura comercial (Alto Piabas, Três Barras).
- Agricultura familiar (Goiapaba-Açu, Graças a Deus, Piabas).

Principais Pressões e Conflitos:

- Conservação dos recursos hídricos (Entrevistas em campo).
- Loteamentos (Direção da UC e fenômeno regional).
- Instalação de Infraestruturas de apoio à produção (Estrada Parque e Equipamentos) - (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Ministério Público).
- Extração de granito e argila (DNPM e Ministério Público).

3.2. Uso Público

- Dinâmica atual acontece no interior do Parque Municipal Pico do Goiapaba-açu.
- Caráter rural do entorno do parque.
- Uso público da APAGO pode se concentrar dentro dos limites do Parque Municipal, e estimular formas de produção associada ao turismo nas áreas externas.
- Sinergia com as propriedades rurais do entorno do parque, como forma de inseri-los na cadeia produtiva do turismo de Fundão e Santa Teresa.
- Fomento à produção artesanal e agricultura familiar, e como forma de diversificar a renda dos produtores rurais e incrementar a oferta de produtos turísticos regionais.
- Fortalecer e consolidar a cadeia de turismo no entorno da APAGO.

3.3. Meio Biótico

- É uma das Unidades de Conservação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA);
- Está inserida no Corredor Central da Mata Atlântica (CCMA).
- Integra a Região Serrana (área 13), classificada como área prioritária para a conservação da Mata Atlântica no Espírito Santo (extrema prioridade).
- Abriga elevada riqueza de espécies da flora e fauna, muitas endêmicas, ameaçadas e raras.
- Compõe a área geográfica do corredor ecológico Complexo Centro Norte Serrano, definido como prioritário para a conservação da biodiversidade no Estado do Espírito Santo.

3.4. Meio Físico

- Necessidade de preservação e manutenção do conjunto geológico da APA, sendo de larga importância no controle climático local interferindo diretamente sobre o regime de chuvas e o consequente abastecimento dos mananciais.

- Fundamental conservar as formações vegetacionais de topo e das encostas de alta declividade, reflorestar áreas degradadas e entorno de nascentes, de modo a evitar o desenvolvimento de processos erosivos e conseqüente perda e empobrecimento do solo.
- Manter e recuperar as áreas de proteção permanente – APP que compõe as margens das drenagens mais encaixadas, atenuando e retardando efeitos de cheia, como enchentes, alagamentos e enxurradas em áreas mais baixas.
- Evitar a prática de construir pequenos e sucessivos represamentos e edificações, na calha das drenagens e nas áreas de APP.

4. RESULTADOS – OFICINAS CONSULTIVAS E DE PLANEJAMENTO

4.1. Oficina Consultiva

- Apresentação do diagnóstico.
- Elaboração do diagrama de relações institucionais – Diagrama de VEEN.
- Elaboração do mapa falado – (i) Pontos de interesse; (ii) oportunidades; (iii) fragilidades; (iv) ameaças; desafios.
- Próximos passos.

Figura 2: Momento de participação dos atores locais durante a Oficina Consultiva.



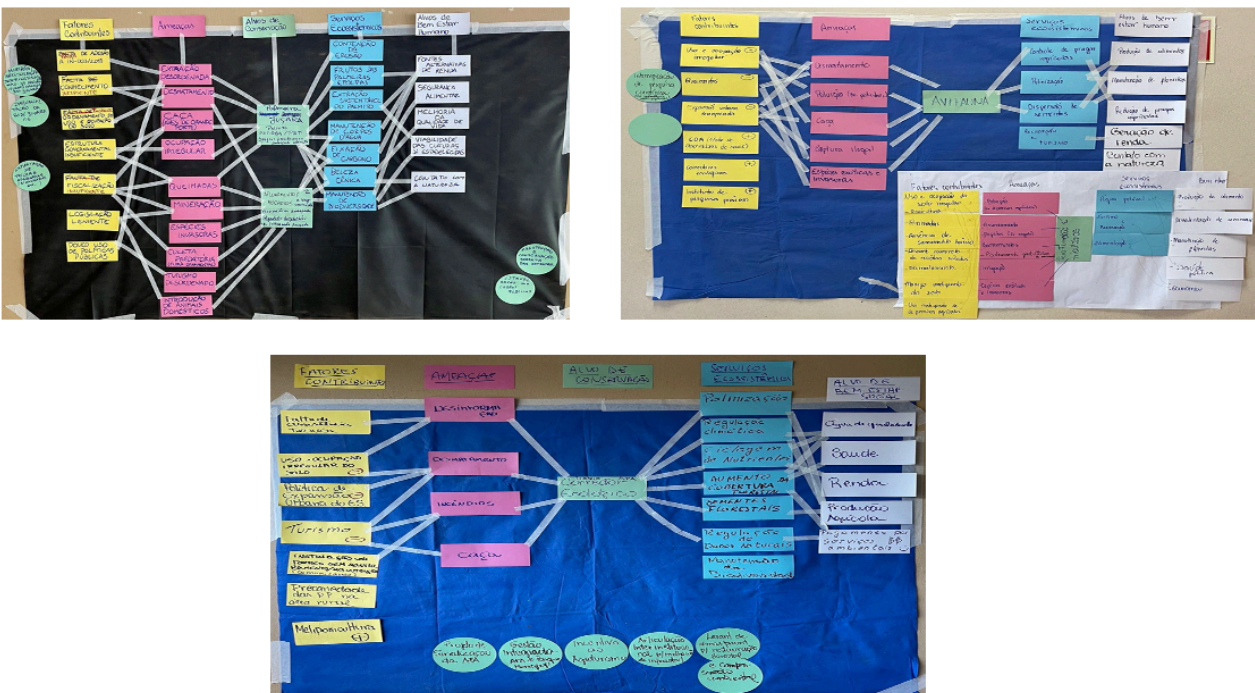
4.2. Oficina de Planejamento

- Apresentação da metodologia – Padrões Abertos.
- Apresentação do diagnóstico consolidado.
- Revisão dos Objetivos de Criação, Elaboração da Visão da UC e Identificação dos Alvos de Conservação.
- Identificação de Ameaças, Fatores Contribuintes, Serviços Ecossistêmicos e Alvos de Bem-estar Humano.
- Avaliação da oficina.

Figura 3: Momento de participação dos atores locais na Oficina de Planejamento.



Figura 4: Diagramas elaborados durante a Oficina de Planejamento.



5. RESULTADOS – FINALIZAÇÃO DA ANÁLISE DO CONTEXTO E ELABORAÇÃO DO MODELO CONCEITUAL

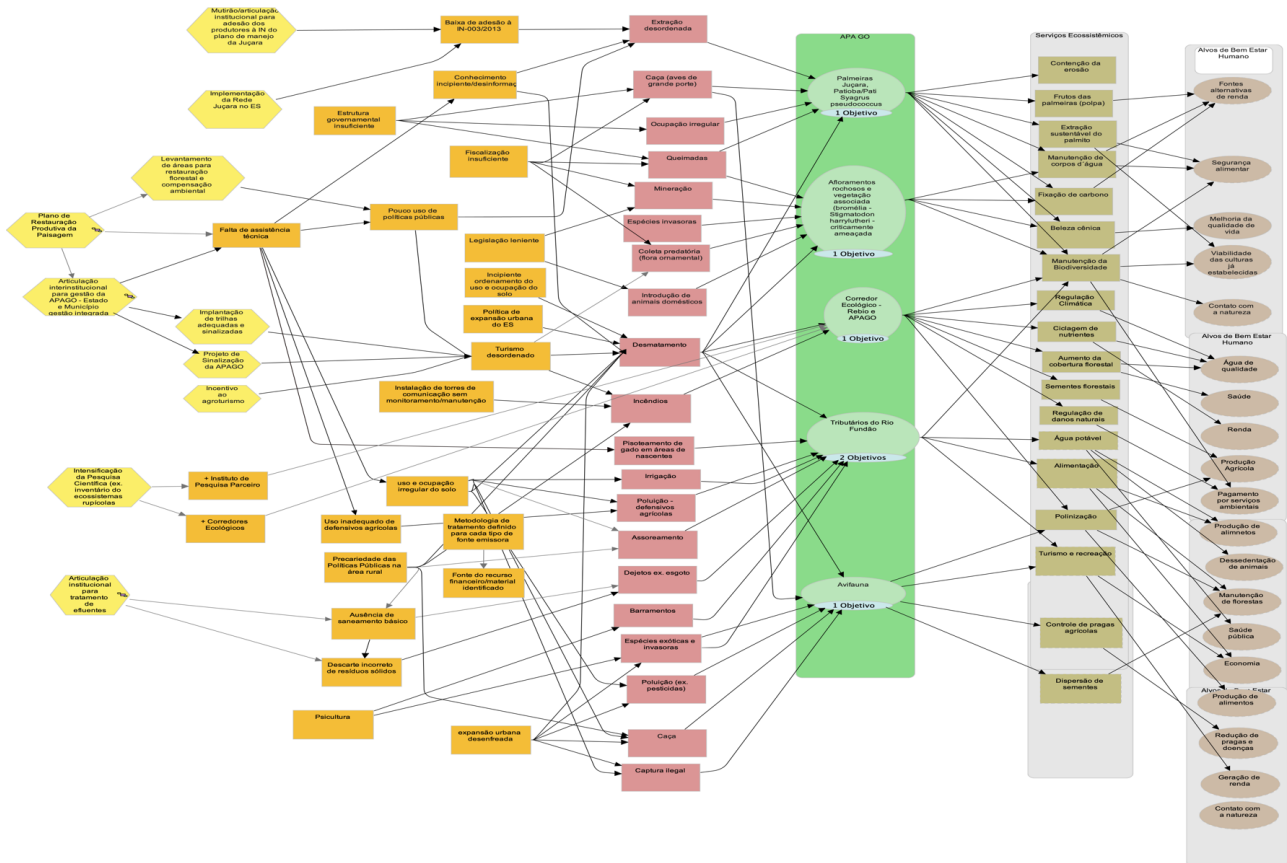
5.1. Modelo Conceitual

Realização de Reunião com equipe gestora da APAGO/IEMA para:

- Consolidação do Modelo Conceitual.
- Definição dos objetivos para cada alvo de conservação identificado.
- Identificação dos pontos de intervenção chave e definição de estratégias iniciais.
- Priorização das estratégias chave.

- Identificação das cadeias de resultados que especifiquem os pressupostos para as estratégias chave.
- Definição de metas e indicadores para os resultados intermediários.
- Definição das atividades principais, necessárias ao cumprimento de cada meta estabelecida.
- Elaboração do Plano de Ação e Plano de Monitoramento.

Figura 5: Modelo Conceitual da Área de Proteção Ambiental do Pico do Goiapaba-Açu.



Quadro 1: Síntese do Modelo Conceitual.

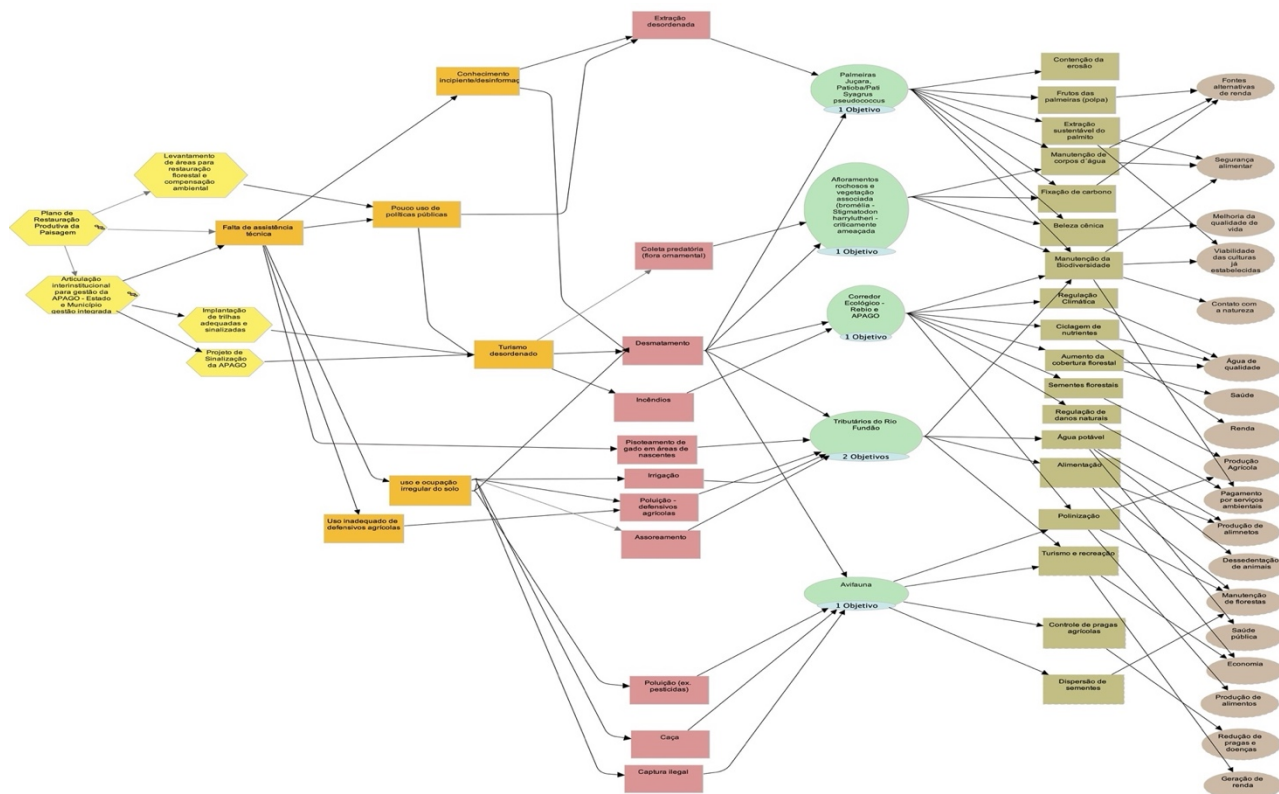
Alvos de Conservação	Serviços Ecossistêmicos	Alvos de Bem-estar Social
<p>Palmeiras Juçara <i>Euterpe edulis</i> (VU) e, Patioba/Pati <i>Syagrus pseudococos</i> (VU)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Contenção da erosão ○ Frutos das palmeiras (polpa) ○ Extração sustentável do palmito ○ Manutenção de corpos d'água ○ Fixação de carbono ○ Beleza cênica ○ Manutenção da biodiversidade 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Fontes alternativas de renda ○ Segurança alimentar ○ Melhoria da qualidade de vida ○ Viabilidade das culturas já estabelecidas
<p>Afloramentos rochosos e vegetação associada (bromélia - <i>Stigmatodon harrylutheri</i> - EN)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Manutenção dos corpos d'água ○ Fixação de carbono ○ Beleza cênica ○ Manutenção da biodiversidade 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Segurança alimentar ○ Melhoria na qualidade de vida ○ Viabilidade das culturas já estabelecidas ○ Contato com a natureza ○ Pagamento por serviços ambientais
<p>Corredor Ecológico - REBIO e APAGO</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Manutenção da biodiversidade ○ Regulação climática ○ Ciclagem de nutrientes ○ Aumento da cobertura florestal ○ Sementes florestais ○ Regulação de danos naturais ○ Polinização 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Segurança alimentar ○ Viabilidade das culturas já estabelecidas ○ Contato com a natureza ○ Água de qualidade ○ Saúde ○ Renda ○ Produção agrícola ○ Pagamento por serviços ambientais

Alvos de Conservação	Serviços Ecossistêmicos	Alvos de Bem-estar Social
		<ul style="list-style-type: none"> ○ Manutenção de florestas ○ Saúde pública
Tributários do Rio Fundão	<ul style="list-style-type: none"> ○ Manutenção da biodiversidade ○ Água potável ○ Alimentação ○ Turismo e recreação 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Segurança alimentar ○ Viabilidade das culturas já estabelecidas ○ Contato com a natureza ○ Produção de alimentos ○ Dessedentação de animais ○ Saúde pública ○ Manutenção de florestas ○ Geração de renda
Avifauna	<ul style="list-style-type: none"> ○ Polinização ○ Turismo e recreação ○ Controle de pragas agrícolas ○ Dispersão de sementes 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Produção agrícola ○ Economia ○ Redução de pragas e doenças ○ Geração de renda ○ Manutenção da floresta

5.1.1. Plano de Restauração Produtiva da Paisagem

O principal objetivo restaurar áreas da APAGO de forma a contribuir para a conservação da biodiversidade e recursos naturais através da implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF), contribuindo também para o desenvolvimento socioeconômico local junto aos produtores da APAGO. É uma estratégia cujo foco atua sobre diversas ameaças identificadas no contexto da APAGO, de acordo com o Modelo Conceitual, assim como sobre todos os alvos de conservação, e desta forma contribui para a diminuição da pressão sobre os alvos de conservação definidos.

Figura 6: Plano de Restauração Produtiva da Paisagem: Modelo Conceitual.



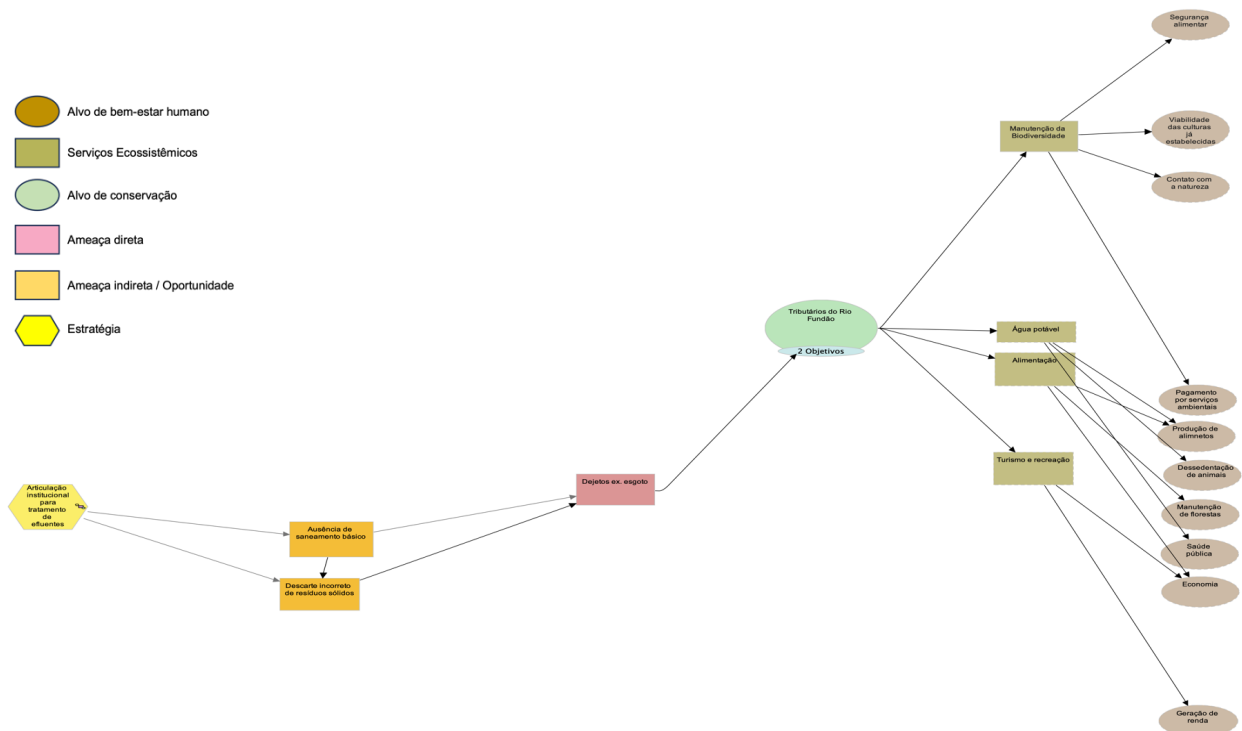
Quadro 2: Síntese referente a estratégia e resultados intermediários: Plano de Restauração Produtiva da Paisagem.

Estratégia	Resultados Intermediários
1. Plano de Restauração Produtiva da Paisagem	Instituições identificadas e articuladas.
	Parcerias institucionais formalizadas.
	Temáticas do plano de restauração definidas.
	Recursos materiais identificados.
	Turismo ordenado fortalecido.
	Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural desenhado em parceria com os órgãos competentes.
	Áreas potenciais para restauração identificadas e áreas degradadas mapeadas e priorizadas.
	Potenciais cadeias produtivas sustentáveis identificadas/cadeias produtivas e seus produtos identificadas para a produção sustentável.
	Linhas de fomento para cadeias produtivas sustentáveis identificadas.
	Diálogo com os produtores rurais estabelecido.
	Opções de fomento para restauração identificadas.
	Produtores conhecem boas práticas produtivas.
	Modelos de SAF definidos com os produtores.
	Programas de fomento acessados pelos produtores.
	Produtores inseridos no Programa Reflorestar.
	SAF implantados pelos produtores.
	Produtores da APAGO fazem uso de boas práticas nos processos produtivos.
	Estratégias e técnicas de produção sustentável definidas com os produtores.
	Disponibilidade de assistência técnica.
	Ampliação do conhecimento dos produtores/as sobre práticas produtivas sustentáveis.
Redução no uso e ocupação irregular do solo.	
Redução do uso inadequado de defensivos agrícolas.	

5.1.2. Articulação para Tratamento de Efluentes

O principal objetivo contribuir na conservação e recuperação dos tributários do Rio Fundão, focando na diminuição das ameaças relativas aos dejetos de esgoto e outras ações que contribuem para a degradação dos cursos d'água dentro dos limites da APAGO.

Figura 7: Articulação para tratamento de efluentes: Modelo Conceitual.



Quadro 3: Síntese referente a estratégia e resultados intermediários: Articulação para tratamento de efluentes.

Estratégia	Resultados Intermediários
2. Articulação para tratamento de efluentes	Instituições mapeadas e articuladas.
	Fontes de lançamento de efluentes identificadas.
	Metodologia de tratamento definido para cada tipo de fonte emissora.
	Fonte do recurso financeiro/material identificado.
	Produtor sensibilizado para o tratamento sanitário.
	Projetos de saneamento elaborados.
	Imóveis rurais com tratamentos sanitários adequados.
	Descarte adequado de resíduos sólidos.

5.1.3. Síntese das Duas Estratégias Prioritárias

Quadro 4: Síntese referente às duas estratégias prioritárias da Área de Proteção Ambiental do Pico do Goiapaba-Açu, seus resultados intermediários, metas e indicadores.

Estratégia	Resultados Intermediários	Meta	Indicador
1. Plano de Restauração Produtiva da Paisagem	Diálogo com os produtores rurais estabelecido	Em até dois anos, 30% das famílias serão contactadas no diálogo da restauração	Percentual das famílias da APAGO contactadas no processo de diálogo do Plano de Restauração
	SAF implantados pelos produtores	Implantação de SAF para restauração ecológica por	Percentual de propriedades em restauração ecológica com SAF

Estratégia	Resultados Intermediários	Meta	Indicador
		50% das propriedades em cinco anos	
	Produtores da APAGO fazem uso de boas práticas nos processos produtivos	Implantação de sistemas produtivos sustentáveis por 50% das propriedades em 5 anos	Percentual de produtores que adotaram sistemas produtivos aos convencionais
2. Articulação para tratamento de efluentes	Fontes de lançamento de efluentes identificadas	Em dois anos, 50% dos lançamentos de efluentes da APA identificados	Percentual das propriedades vistoriadas
	Imóveis rurais com tratamentos sanitários adequados	Ao final de cinco anos 50% dos lançamentos estão adequados	Percentual de imóveis com lançamentos adequados

6. RESULTADOS – ZONEAMENTO

De acordo com a Lei do SNUC (Lei nº 9985/2000), o zoneamento é:

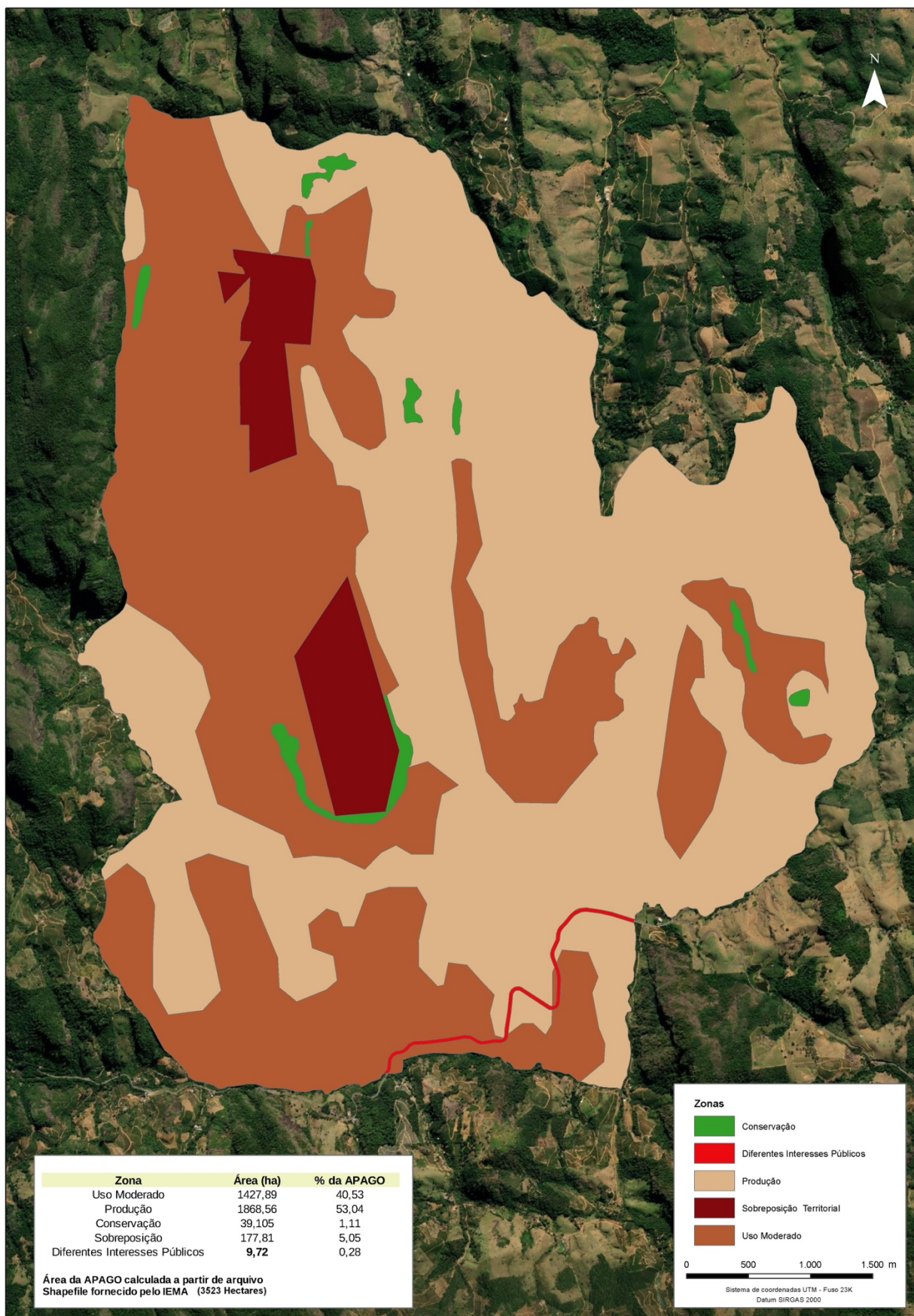
Definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz.

Figura 8: Enquadramento das zonas por grau de intervenção ou uso diferenciado.

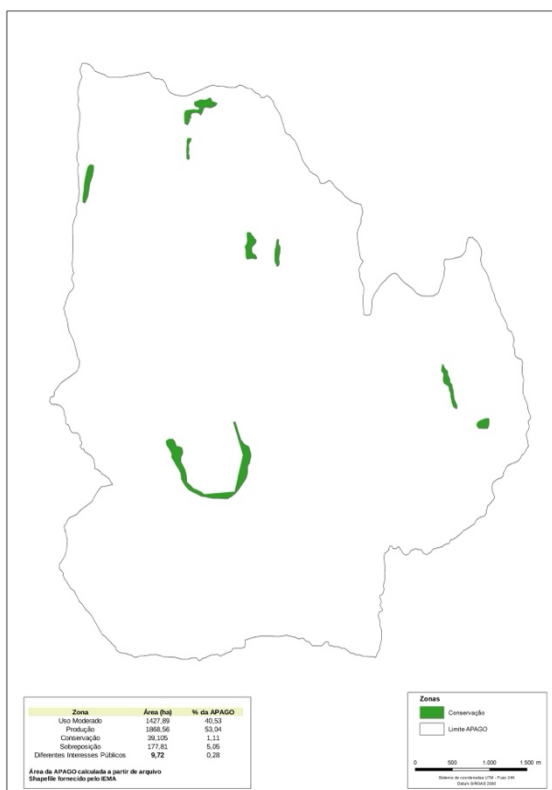


Fonte: ICMBio, 2018.

6.1. Zoneamento da Área de Proteção Ambiental do Pico do Goiapaba-Açu



6.1.1. Zona de Conservação



Descrição: é a zona que contém ambientes naturais de relevante interesse ecológico, científico e paisagístico, onde tenha ocorrido mínima ou pequena intervenção humana, admitindo-se áreas em avançado grau de regeneração.

Objetivo Geral de Manejo: manutenção do ambiente o mais natural possível e, ao mesmo tempo, dispor de condições primitivas para a realização das atividades de pesquisa e visitação de baixo grau de intervenção¹, respeitando-se as especificidades de cada categoria.

Delimitação:

A Zona de Conservação da APAGO está diretamente associada aos Afloramentos Rochosos da UC e suas vegetações associadas com destaque para a Vegetação Rupestre que ocupa 1,22% da área da unidade (46,08 ha). Este tipo de vegetação apresenta fitofisionomia aberta, com representantes das famílias Cyperaceae, Poaceae, Melastomataceae, Asteraceae, Orchidaceae, Bromeliaceae e Velloziaceae, instalada em solo extremamente raso sobre rocha, em relevo acidentado e, em geral, de difícil acesso. Apresenta fisionomia, composição

florística e condições ecológicas diferentes das áreas florestais circunvizinhas, o que favorece a ocorrência de muitas espécies endêmicas, restritas a estas localidades. O elevado grau de endemismo é atribuído ao fato de ser enclaves inseridos na Mata Atlântica, e não um ecossistema extenso (RIBEIRO, 2002).

Além da vegetação rupestre, esta zona abriga também formações de Floresta Ombrófila Densa com fitofisionomias naturais que abrigam importantes espécies da flora e da fauna, muitas ameaçadas de extinção, outras com distribuição restrita (endêmicas), além de potencialmente táxons novos, ainda não descritos pela ciência. A Zona de Conservação conta ainda com diversas nascentes e cursos d'água, dos quais se fazem dependentes as comunidades que habitam o interior da APA, tanto para consumo humano, quanto para a irrigação de plantios diversos.

Para esta zona consideram-se:

- **Usos Permitidos:** uso e ocupação do solo, compatíveis com as funções e diretrizes da Zona Ambiental considerado.
- **Usos Tolerados:** são categorias de uso e ocupação do solo, já existentes na APA, anteriores a publicação destas normas, incompatíveis com as funções e diretrizes da Zona Ambiental considerada e sujeitas ao cumprimento de medidas quanto à redução de sua desconformidade, não sendo permitido novos usos, expansões e ocupações similares.
- **Usos proibidos:** uso e ocupação incompatível com as funções e diretrizes da Zona Ambiental considerada, cuja instalação ou viabilização não será aprovada em hipótese alguma.

¹ Visitação de baixo grau de intervenção – Corresponde às formas primitivas de visitação e recreação que ocorrem em áreas com alto grau de conservação, possibilitando ao visitante experimentar algum nível de desafio, solidão e risco. Os encontros com outros grupos de visitantes são improváveis ou ocasionais. A infraestrutura, quando existente, é mínima e tem por objetivo a proteção dos recursos naturais e a segurança dos visitantes. É incomum a presença de estradas ou atividades motorizadas (ICMBio, 2018).

6.1.2. Zona de Uso Moderado



Descrição: esta zona é constituída por áreas naturais ou moderadamente alteradas pelo homem, admitindo-se áreas em médio e avançado grau de regeneração, sendo admitido uso direto dos recursos naturais nas unidades de conservação de uso sustentável.

Objetivo Geral de Manejo: é a manutenção de um ambiente o mais próximo possível do natural, conciliada a realização de atividades de pesquisa e o uso do solo e a visitação de médio grau de intervenção².

Delimitação:

A Zona de Uso Moderado abrange, principalmente as áreas de Floresta Ombrófila Densa com a presença de áreas antropizadas e que possuem alguma atividade econômica de baixo impacto em desenvolvimento. Trata-se da segunda maior zona da APAGO e que mantém características semelhantes àquelas observadas na Zona de Conservação, mas possibilita atividades de baixo impacto e médio grau de intervenção no âmbito da APAGO, como por exemplo atividades de educação ambiental, proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, visitação de médio grau de

intervenção (com apoio de instalações compatíveis), recuperação ambiental, dentre outras atividades.

Para esta zona consideram-se:

- **Usos Permitidos:** uso e ocupação do solo, compatíveis com as funções e diretrizes da Zona Ambiental considerado.
- **Usos Tolerados:** são categorias de uso e ocupação do solo, já existentes na APA, anteriores a publicação destas normas, incompatíveis com as funções e diretrizes da Zona Ambiental considerada e sujeitas ao cumprimento de medidas quanto à redução de sua desconformidade, não sendo permitido novos usos, expansões e ocupações similares.
- **Usos proibidos:** uso e ocupação incompatível com as funções e diretrizes da Zona Ambiental considerada, cuja instalação ou viabilização não será aprovada em hipótese alguma.

² Visitação de médio grau de intervenção - É possível experimentar alto grau de naturalidade do ambiente, no entanto, já se pode detectar algum nível de alteração ambiental ou evidências de atividades humanas. O acesso a estas áreas pode ser realizado por veículos motorizados. Em ambientes terrestres, as estradas em geral não são pavimentadas. Os encontros com outros visitantes são mais comuns e, nas unidades de conservação de uso sustentável, pode haver a presença de moradores isolados, o que possibilita experimentar o modo de vida local. A infraestrutura é mínima ou moderada, tendo por objetivo, além da segurança e a proteção dos recursos naturais, melhorar a experiência e proporcionar comodidade ao visitante (ICMBio, 2018).

6.1.3. Zona de Produção



Descrição: é a zona que compreende áreas com ocupação humana de baixa densidade, com presença de moradias, visitação com alto grau de intervenção³, atividades de produção e suas infraestruturas, com o incentivo de adoção de boas práticas de conservação do solo e recursos hídricos e o uso sustentável dos recursos naturais.

Objetivo Geral de Manejo: é destinar áreas para atividades produtivas sustentáveis, associadas ou não à moradia, conciliando as atividades rurais com a conservação da biodiversidade, com incentivo à adoção de técnicas alternativas de baixo impacto.

Delimitação:

Na região da APA do Goiapaba-Açu o uso do solo é bastante diversificado e conta com variados tipos de cultura, como por exemplo: abacaxi, banana, cana-de-açúcar, coco da baía, mamão e principalmente café. Pontualmente ocorrem plantio de seringueiras, cultivos permanentes e temporários, além de áreas de pastagem. A

Zona de Produção delimita-se principalmente nas áreas onde estão localizadas as comunidades, moradias e áreas de cultivo e/ou outro tipo de produção agrosilvopastoril

Nesta Zona, na porção leste da área da APA as pastagens ocupam a maior porção do terreno, sendo possível identificar também estas áreas nas porções sudeste e central, são presentes ainda áreas ocupadas por eucaliptos que ocorrem com frequência em toda região, inclusive no interior do perímetro da APA.

As áreas edificadas ocorrem de forma pontual e representam os distritos e pequenos povoados que se localizam na APA. Pontualmente é possível observar áreas de solo exposto, e um pouco mais frequentes os afloramentos rochosos.

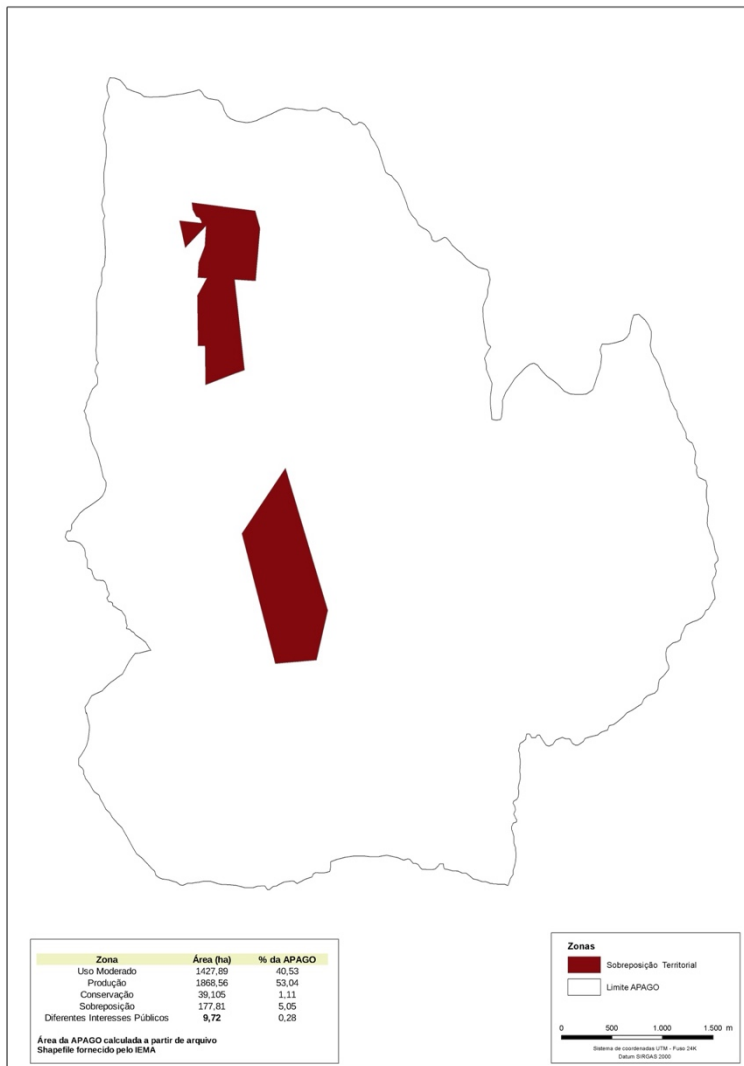
Na porção sul e sudeste, em terrenos situados no sopé do maciço do Goiapaba-Açu, o cultivo de café predomina e se instala principalmente nas proximidades dos córregos Goiapaba-Açu, e Três Barras, em menor escala e ocupando porções proximais às encostas predomina o cultivo de banana.

Para esta zona consideram-se:

- **Usos Permitidos:** uso e ocupação do solo, compatíveis com as funções e diretrizes da Zona Ambiental considerado.
- **Usos Tolerados:** são categorias de uso e ocupação do solo, já existentes na APA, anteriores a publicação destas normas, incompatíveis com as funções e diretrizes da Zona Ambiental considerada e sujeitas ao cumprimento de medidas quanto à redução de sua desconformidade, não sendo permitido novos usos, expansões e ocupações similares.
- **Usos proibidos:** uso e ocupação incompatível com as funções e diretrizes da Zona Ambiental considerada, cuja instalação ou viabilização não será aprovada em hipótese alguma.

³ Visitação de alto grau de intervenção – a visitação é intensiva e planejada para atender maior demanda. Ainda que haja oportunidade para a privacidade, os encontros e a interação são frequentes entre os visitantes, funcionários e comunidade local. É comum a presença de grupos maiores de visitantes ou excursões comerciais. Há mais atenção na segurança dos visitantes, na proteção de áreas sensíveis próximas aos atrativos, e menos ênfase em promover autonomia ou desafios. A infraestrutura geralmente é mais desenvolvida, com a presença comum de edificações e estradas, inclusive pavimentadas, podendo resultar em alterações significativas da paisagem. Centro de visitante, museu, auditório, estacionamento, posto de gasolina, estrada pavimentada, piscina, hotel, pousada, teleférico, pista de pouso, paisagismo e estábulo, podem ocorrer nas zonas de manejo com alto grau de intervenção.

6.1.4. Zona de Sobreposição Territorial



Descrição: é a zona que contém áreas nas quais há sobreposição do território da UC com outras áreas protegidas, tais como outras UC, as terras indígenas declaradas e territórios quilombolas delimitados nos termos da legislação vigente. Nesta zona, o manejo e a gestão serão regulados por acordos específicos estabelecidos de forma a conciliar os usos daquelas populações e a conservação ambiental.

Objetivo Geral de Manejo: é harmonizar as relações entre as partes envolvidas, estabelecendo-se procedimentos que minimizem os impactos sobre a unidade de conservação e facultem a sua implementação.

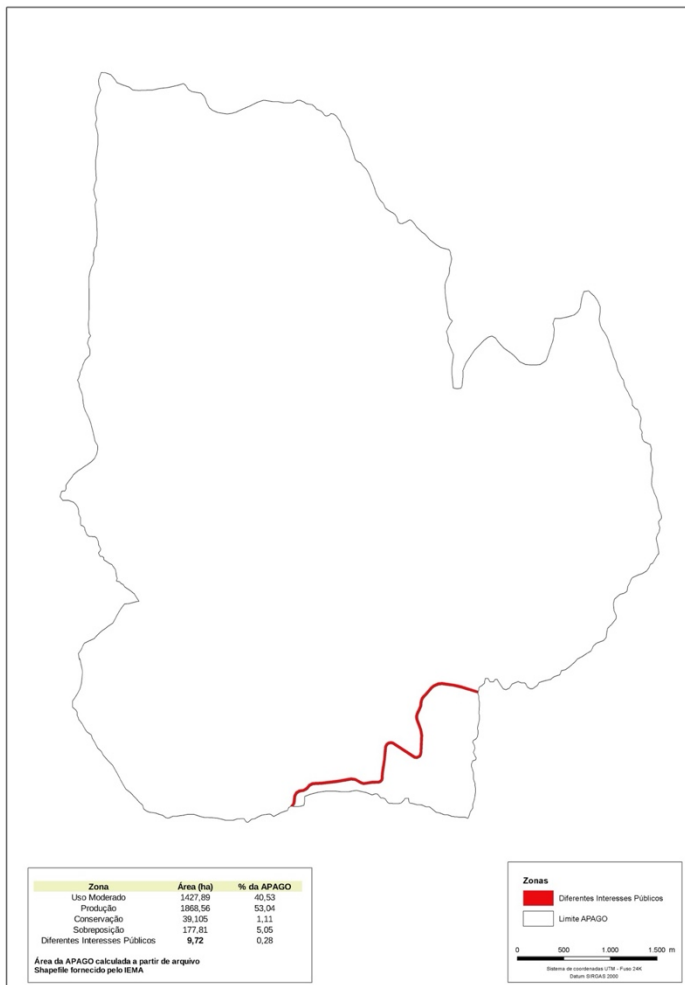
Delimitação:

Esta zona é composta pelo Território Quilombola São Pedro e pelo Parque Natural Municipal Goiapaba Açu.

Para esta zona consideram-se:

- **Usos Permitidos:** uso e ocupação do solo, compatíveis com as funções e diretrizes da Zona Ambiental considerado
- **Usos Tolerados:** são categorias de uso e ocupação do solo, já existentes na APA, anteriores a publicação destas normas, incompatíveis com as funções e diretrizes da Zona Ambiental considerada e sujeitas ao cumprimento de medidas quanto à redução de sua desconformidade, não sendo permitido novos usos, expansões e ocupações similares.
- **Usos proibidos:** uso e ocupação incompatível com as funções e diretrizes da Zona Ambiental considerada, cuja instalação ou viabilização não será aprovada em hipótese alguma.

6.1.5. Zona de Diferentes Interesses Públicos



Descrição: é a zona que contém áreas ocupadas por empreendimentos de interesse público ou soberania nacional, cujos usos e finalidades são incompatíveis com a categoria da UC ou com os seus objetivos de criação.

Objetivo Geral de Manejo: é compatibilizar os diferentes interesses públicos existentes na área, estabelecendo procedimentos que minimizem os impactos sobre a UC e ao alcance dos seus objetivos.

Delimitação:

Esta zona compreende as estradas municipais delimitadas pelo município de Fundão e Rodovia estadual ES-261, que liga os municípios de Fundão e Santa Teresa.

Para esta zona consideram-se:

- **Usos Permitidos:** uso e ocupação do solo, compatíveis com as funções e diretrizes da Zona Ambiental considerado.
- **Usos Tolerados:** são categorias de uso e ocupação do solo, já existentes na APA, anteriores a publicação destas normas, incompatíveis com as funções e diretrizes da Zona Ambiental considerada e sujeitas

ao cumprimento de medidas quanto à redução de sua desconformidade, não sendo permitido novos usos, expansões e ocupações similares.

- **Usos proibidos:** uso e ocupação incompatível com as funções e diretrizes da Zona Ambiental considerada, cuja instalação ou viabilização não será aprovada em hipótese alguma.

6.2. Programas de Manejo

6.2.1. Programa de Integração com Produtores Rurais

Esse Programa visa a contribuir para a gestão, administração e fortalecimento institucional da UC, de modo a contribuir para o aprimoramento do sistema de planejamento e gestão da APAGO; através da escuta e da participação social, esse programa contribui para a autonomia e melhora da situação vivida pelos proprietários da APAGO através do fortalecimento da organização social e comunitária, do incremento ao bem-estar e da melhora nas questões referentes ao uso e ocupação do solo.

6.2.2. Programa de Educação Ambiental

Objetiva instrumentalizar os proprietários da APAGO e sensibilizar a população residente e visitantes para a mitigação das ameaças diretas e adoção de práticas ou comportamentos que

contribuem na conservação dos recursos naturais e da biodiversidade, a partir de ações educativas que abordem os assuntos relacionados com a conservação do meio ambiente, assim como o cumprimento das regras do Plano de Manejo.

6.2.3. Programa para o Fomento do Turismo de Base Comunitária (Programa de Uso Público)

O objetivo do Programa é planejar e promover o turismo de base comunitária na APAGO, com o intuito de gerar benefícios aos comunitários e se estabelecer como ferramenta para a conservação dos recursos naturais e da valorização da história e cultura local.

6.2.4. Programa de Proteção

Tem como objetivo a proteção e manutenção dos recursos da APAGO, para que a população possa manter os costumes para as gerações futuras. Dar o direcionamento para os gestores da UC quanto a proteção e manutenção da biodiversidade e dos recursos naturais da APAGO e de seu entorno, visando coibir ilícitos e infrações ambientais por meio da fiscalização, colaboração interinstitucional e sensibilização das comunidades do entorno, visando à maior efetividade da proteção da UC.

6.2.5. Programa de Comunicação

Objetiva estabelecer canais de comunicação entre a gestão da APAGO, população e proprietários referente às regras, normas e restrições legais do território protegido da UC, de modo a coibir as ações ilegais, assim como facilitar as ações de educação ambiental com as famílias beneficiárias, populações do entorno e melhorar a comunicação da APAGO para com outros públicos.

6.2.6. Programa de Gestão e Administração

Objetiva contribuir para a gestão e administração da UC, de modo a estabelecer procedimentos administrativos fundamentais para a geração de dados sistematizados.

6.2.7. Programa de Pesquisa

Objetiva fomentar a produção de dados científicos que preencham as lacunas de conhecimento identificadas, incluindo os alvos de conservação e demais temas e que não foram tratados nas estratégias ou em outros Programas.

7. FOTOS DA PLENÁRIA DURANTE A REUNIÃO DE DIVULGAÇÃO

Figura 9: Fotos dos participantes da reunião de divulgação do plano de manejo da Área de Proteção Ambiental do Pico do Goiapaba-Açu.



















Fonte: PLANTUC, 2025.

ANEXO

Anexo I: Lista de Presença da Reunião de Divulgação do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental do Pico do Goiapaba-Açu.




**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
 INSTITUTO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
 ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO PICO DO GOIAPABA-AÇU**

REUNIÃO DE DIVULGAÇÃO DO PLANO DE MANEJO

Local: Celebrare Cerimonial, na Rua das Sapucaias nº 100, bairro Floresta, Fundão, Espírito Santo.
 Data: 21 de fevereiro de 2025 (tarde)

Nº	Nome	Localidade / Instituição	Telefone	E-mail
1	Jerson Oliveira	SEMAM - FUNDÃO	(27) 99936-0844	MEIOAMBIENTE@FUNDÃO.ES.GOV.BR
2	Oldemar José Justo	SEMAM - FUNDÃO	(27) 999746017	oldemarjusto.sude@semam.com oldemarjusto@semam.com
3	Átila Loureiro	PMES - BPMA	(27) 992047131	ATILA - LOUREIRO@Hotmail.com
4	José DeBazari Araújo	PMES - BPMA	27 992012085	CMT-ICIA.BPMA@GMAIL.COM
5	Juarez Scalpini	ICMBIO	27 999732236	juarez_scalpini@icmbio.gov.br
6	Fabiano Z. Navelli	ICMMA	27 98849.9817	fabiano.navelli@ima.es.gov.br
7	José Carlos	mine	27 999472977	Bamama mine@hotmail.com
8	Marcos Antonio	Três Barras	(27) 99065935	
9	Fernando Ratti	Fundão/Alto Pico	(27) 992345435	fbp0209@hotmail.com
10	Melson Brullo	Três Barras	27 999278536	

11

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
 INSTITUTO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
 ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO PICO DO GOIAPABA-AÇU

REUNIÃO DE DIVULGAÇÃO DO PLANO DE MANEJO

Local: Celebrare Cerimonial, na Rua das Sapucaias nº 100, bairro Floresta, Fundão, Espírito Santo.

Data: 21 de fevereiro de 2025 (tarde)

Nº	Nome	Localidade / Instituição	Telefone	E-mail
11	John Cesar Cochetto	St. TERESA/ECO CONSULTORIA	27 99931-1712	jochetto@gmail.com
12	Ranusa Coffler	Incaper Santa Teresa	27 99965 8034	santateresa@incaper.es.gov.br
13	Katia Nery	FUNDÃO	27-99707-7889	katia.nery@fundaopico.com
14	EDUARDO KUSTER	FUNDÃO	27 99967-2938	SAPOROS.KUSTER@GMAIL.COM
15	Alpina	Piabas	998363498	Associação produtores Pico do Goiapaba
16	Sandra Sallus M. Casotto	Piabas	(27) 999567154	sandra.sanday@hotmail.com
17	Joreamy Trubach	ZEMA	27-999857694	joreamy.trubach@iema.es.gov.br
18	Leonardo P. Guimarães	ZEMA	27 99298-3948	LEONARDO.MARINATO@IEMA.ES.GOV.BR
19	Helamar coneia	VETERADOR	981258862	@V.V.L.C. MAR
20	Tadeu Dadauto	FUNDÃO	27 998739066	tadeu.dadauto@hotmail.com



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
 INSTITUTO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
 ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO PICO DO GOIAPABA-AÇU

REUNIÃO DE DIVULGAÇÃO DO PLANO DE MANEJO

Local: Celebrare Cerimonial, na Rua das Sapucaias nº 100, bairro Floresta, Fundão, Espírito Santo.

Data: 21 de fevereiro de 2025 (tarde)

Nº	Nome	Localidade / Instituição	Telefone	E-mail
21	Gustavo de Araújo Soares	ISA Energia Brasil	(31) 99842-7336	gusoares@isactep.com.br
22	Lívia G.T. Rompel	IFES - Santa Teresa	(27) 99924 6065	livia.vasconcelos@ifes.edu.br
23	LUÍS MACHADO	INMA	27 999 002739	LUIS.MACHADO@INMA.GOV.BR
24	João Vitor A. de Lencina	SAMBIO	(31) 99339-7537	lacerdajva@gmail.com
25	Fabiana Gomes Rius	INCAPER / Sede	(27) 999321520	fabianarius@incaper.es.gov.br
26	Ramiro A. Ferreira	PLANTUC	31 98814-6327	ramiro@plantuc.com.br
27	Alexandro Nêvo	PLANTUC	61 99114-8291	alexandro@plantuc.com.br
28				
29				
30				

